



## Editorial

Qual a importância do local para a produção e circulação de conhecimento científico no Brasil? Como cientistas da administração compreendem e interagem com a realidade que os cerca em relação a esse campo do conhecimento? Os questionamentos são o ponto de partida para a articulação de uma lógica que reúna os artigos reunidos no segundo número de 2019 da Revista Ciências Administrativas. A edição traz excelentes textos que endereçam questões de realidades locais, apreendidas com perspicácia por cientistas atentos ao lugar na produção científica. Também traz artigos que abordam questões transcendentais ao local, ou que se observam em muitos locais, tornando-se então mais ampla, devido a recorrência. A preocupação com a realidade social é um traço característico dessa edição. Se o leitor me permite apresentar os textos fora de ordem – ou seja, fora da ordem de sua numeração no sumário desta publicação – a lógica à qual me refiro pode tornar-se mais aparente.

Em paralelo, o primeiro artigo, intitulado “Análise das condições para a criação de uma rede entre órgãos públicos para regulação do setor de saúde suplementar”, traz uma análise do campo empírico da regulação da saúde complementar. O último, nomeado de “Indicadores financeiros e não financeiros e a qualidade da educação superior das universidades federais brasileiras”, aborda a questão da qualidade na educação superior pública brasileira, no âmbito das universidades federais. Ambos abordam questões relativas à avaliação de serviços, privados e públicos, fundamentais à vida dos brasileiros. O primeiro traz a questão da saúde suplementar e das suas possibilidades de regulação. Último, aborda a qualidade dos serviços de educação pública nas universidades federais. Em ambos os textos, as tensões entre ofertas públicas e privadas de serviços à população brasileira se colocam como contexto da pesquisa.

O segundo, o quinto e o sexto artigos, intitulados “Beta condicional para liquidez no mercado acionário brasileiro e americano”, “Capacidade informacional sob a lente teórica da teoria das capacidades dinâmicas” e “A dependência das redes interorganizacionais em relação as suas empresas integrantes”, vão além do local e elaboram comparações entre o mercado acionário de países, ou esforços de compreensão dos fenômenos das capacidades dinâmicas ou das redes interorganizacionais.

O terceiro e o sétimo textos vão no sentido de privilegiar a importância do local em discussões atuais e pertinentes sobre questões que dizem respeito, também, à sociedade brasileira. Em “A manutenção do sistema previdenciário afeta a sustentabilidade fiscal do governo? Um estudo de caso do Governo do Estado do Ceará” e “A gestão dos programas públicos de economia criativa no estado do Rio de Janeiro”. No momento em que se discute (e vota) a reforma da previdência, o detalhamento da realidade do sistema previdenciário do Ceará é um exemplo para a compreensão do quadro mais amplo da sustentabilidade fiscal dos governos estaduais. A gestão de programas públicos da área da cultura é estudada na perspectiva dos programas de economia criativa instalados no Rio de Janeiro.

Por fim, mas não menos importante, o artigo quarto, nomeado “Representações discursivas da Veja e Carta Capital sobre o rompimento da barragem da Samarco: crime e desastre” transcende ao local, mas de uma forma peculiar e que merece atenção. Como é sabido por todos que acompanharam o rompimento da barragem da Samarco, o fato é localizado no distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, Minas Gerais. Mas trata-se do maior desastre (ou crime) ambiental da história do Brasil. Enquanto as reflexões científicas sobre esse fato ainda se desenvolviam, o mundo foi surpreendido com um segundo desastre (ou crime) semelhante – o rompimento da barragem de Brumadinho, também em Minas Gerais. Isso exemplifica a interação dos acadêmicos com a realidade de maneira próxima e atenta. Mas também, devo confessar,

Marina Dantas de Figueiredo

num tempo de resposta insuficiente para que as lições do primeiro evento pudessem ser úteis para evitar as consequências do segundo (ou encaminhá-lo para outras consequências, como a criminalização da empresa responsável por causar acidentes do tipo). Uma necessária reflexão sobre o tempo da produção científica, medido pelos encaminhamentos dos processos editoriais das revistas se faz necessário.

A todos uma boa leitura!

Marina Dantas de Figueiredo

Editora-chefe da Revista Ciências Administrativas